



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

CONTROLADORIA GERAL INTERNA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO

1. RELATÓRIO

1.1 – Emitente

A Controladoria Geral Interna da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, foi instituída pela Lei Municipal nº 1464/2012 de 10/05/2012, atribuindo competência ao Controlador Geral Interno para emitir este **RELATÓRIO e PARECER CONCLUSIVO**, no Art. 2º, “caput” e especialmente no Inc. VIII do referido diploma legal.

Ocupa o cargo comissionado de Controlador Geral Interno, o economista (**CORECON/ES nº 061**) e advogado (**OAB/ES 4712**) **LUIZ AUGUSTO MILL**, CPF **249.694.357-15**, identidade civil 123.508/SSP/ES, que mantém endereço profissional, na Av. Princesa Isabel, 15, Ed. Martinho de Freitas, Conj. 1110/12, no Centro, em Vitória, Espírito Santo, CEP 29010-905, telefones (27) 3223.1188/9.9971.2308

1.2 – GESTOR RESPONSÁVEL

O responsável pela gestão dos recursos públicos no exercício de 2017, foi o vereador **ADILSON ESPINDULA**, presidente do Legislativo Municipal, CPF 007.751.977-93, identidade 1.119.952/SPTC/ES, residente em Rio das Pedras, Zona Rural, em Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, CEP 29.645-000.

1.3 – EXERCÍCIO 01/01/2017 a 31/12/2017

Observando o que dispõe o Art. 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o Art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, este órgão de **CONTROLE INTERNO**, realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**;

II – apoiar o controle externo (Tribunal de Contas) no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste **RELATÓRIO**, os procedimentos foram realizados, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, o nosso parecer conclusivo.

1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS

1.1 – GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, executou a previsão orçamentária da receita e da despesa, no montante de **R\$ 4.910.913,94**.

Durante o exercício de 2017 não ocorreu criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, limitando-se as receitas e despesas, às previsões orçamentárias e aos limites constitucionais.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá Estado do Espírito Santo

A realização de todas as despesas e a assunção de obrigações diretas, **não** excederam os créditos orçamentários ou adicionais (CRFB/88, Art. 167, II).

Os créditos adicionais suplementares foram respaldados por autorização legislativa e autorizados pelo Chefe do Legislativo Municipal, por Portarias respectivas (CRFB/88 Art. 167, Inc. V, C/C Art. 43 da Lei 4320/64).

Mensalmente os balancetes das Receitas e das Despesas, foram amplamente divulgados por meio eletrônico, no **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**, na imprensa regional e no átrio principal da Câmara Municipal, cumprindo-se o disposto nos Arts. 48, 52 a 58 da LC 101/2000 (LRF).

Não houve instituição de fundos de qualquer natureza.

No exercício de 2017 foi licitada e contratada a reforma da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de **R\$ 236.850,12** e com empenho do valor de R\$ 236.850,12, liquidado e pago no exercício R\$ 74.109,08, com saldo empenhado a pagar de R\$ 162.741,04.

Foram também investidos recursos para compra de equipamentos de informática, modernização dos equipamentos da TV Câmara e Rádiortransmissão das Sessões Plenárias, no montante de R\$ 202.386,90.

Não ocorreu abertura de crédito extraordinário.

Os demonstrativos fiscais que integram o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (PTN nº 637/2012) em cumprimento a LC 101/2000.

Cumpriu-se, também, o disposto nos Arts. 48 e Arts. 52 a 58 da LRF, quanto à transparência na gestão da execução orçamentária.

As contribuições previdenciárias, tanto aquelas patronais, quanto aquelas dos servidores, foram regularmente recolhidas ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Santa Maria de Jetibá (IPS/SMJ), ao qual estão vinculados os servidores efetivos da Câmara Municipal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao qual estão vinculados os segurados ocupantes de cargos Comissionados (Lei 9.717/1998, Art. 1º, Inc. II) e os agentes políticos.

Os tributos federais, consubstanciados no Imposto de Renda Retido na Fonte pagadora, obedeceram os limites e percentuais respectivos, com recolhimentos integrais e nos prazos estabelecidos na legislação pertinente (LC 116/2003, Art. 6º e Decreto Federal nº 3000/1999/Lei 8212/1991).

Não existem precatórios judiciais de responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá (CRFB/88, Art. 100).

Não existem passivos a serem pagos, obedecendo ordem cronológica de suas exigibilidades (Arts. 5º e 92 da Lei 8666/93 c/c Art. 37 CRF/88).

Os registros contábeis e os respectivos demonstrativos foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade, aplicadas ao setor público (Res. CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16).

As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis, compatíveis com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização e exaustão e as devidas reavaliações. Todo o patrimônio pertencente à Câmara Municipal, foi levantado e avaliado, tecnicamente, com as baixas respectivas dos móveis, equipamentos e instalações inservíveis e fora de uso, que constavam do patrimônio, com orientação e respaldo desta Controladoria Geral Interna.

Todos os bens patrimoniais permanentes estão registrados analiticamente pelo Departamento de Patrimônio, contendo as informações necessárias e suficientes para a sua caracterização, sob a responsabilidade do Chefe do Departamento de Patrimônio (Art. 94 da Lei 4320/64).



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá Estado do Espírito Santo

Todas as despesas foram realizadas, com a emissão do empenho prévio em cumprimento ao Art. 60 da Lei 4320/64, bem como, as liquidações respectivas, devidamente respaldadas por notas fiscais, atestadas pelo fornecimento dos respectivos produtos ou serviços (Art. 63 da Lei 4320/64).

Não ocorreram pagamentos de despesas sem a regular liquidação (Art. 62 da Lei 4320/64).

Não ocorreram **desvios de finalidade** na execução das despesas decorrentes dos recursos vinculados (Art. 8º, § único da Lei Complementar nº 101/2000-LRF).

1.2 – GESTÃO PATRIMONIAL

1.2.1 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITO E APLICAÇÕES

Todas as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, foram depositadas e aplicadas em instituições financeiras oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Espírito Santo S/A, em cumprimento ao disposto no Art. 43, c/c § 3º do Art. 134 da CRFB/88).

1.2.2 – REGISTRO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, com as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão e as reavaliações pertinentes (Arts. 94 a 96 da Lei 4320/64).

1.2.3 – CANCELAMENTO DE PASSIVOS

No exercício de 2017, não ocorreram cancelamentos de passivos.

1.2.4 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITOS E APLICAÇÕES

Todas as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, foram depositadas e aplicadas em instituições financeiras oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Espírito Santo S/A, em cumprimento ao disposto no Art. 43, c/c § 3º do Art. 134 da CRFB/88).

A Câmara Municipal devolveu ao Tesouro Municipal, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no exercício de 2017.

As disponibilidades financeiras em 31/12/2017, após os resgates das aplicações, para o repasse de todos os rendimentos para o Tesouro Municipal e a conciliação bancária, revelou as seguintes disponibilidades financeiras:

a) Banco do Estado do Espírito Santo S/A – Conta Corrente.....	R\$	317.594,75
b) Caixa Econômica Federal – Conta Corrente	R\$	166,22
TOTAL.....	R\$	317.760,97

1.3. LIMITES CONSTITUCIONAIS LEGAIS

1.3.1 – DESPESAS COM PESSOAL – SUBSÍDIOS DOS VEREADORES – FIXAÇÃO

Em cumprimento ao Art. 29, Inc. VI da Constituição Federal/88, os subsídios dos vereadores, para a 8ª Legislatura (2017/2020), foram fixados pela Lei Municipal nº 1902/2016 de 22/08/2016, no valor de R\$ 6.5000,00 (seis mil e quinhentos reais) mensais.

A partir de Maio/2017, os subsídios foram reajustados no percentual de **2,00%** e à partir de Agosto/2017, no percentual de 1,99%, pela Lei Municipal nº 1971/2017, em percentuais iguais aos reajustes concedidos aos servidores municipais.

Portanto, à partir de 01/08/2017, os subsídios dos vereadores estão fixados em R\$ 6.761,94.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

1.3.2 – DESPESAS COM PESSOAL - SUBSÍDIOS DOS VEREADORES – PAGAMENTO

Em cumprimento ao disposto no Art. 29, Inc. VI, alínea “b” da CF/88, os pagamentos dos subsídios aos Vereadores, obedeceram aos limites fixados pelo dispositivo constitucional.

1.3.3 – DESPESAS COM PESSOAL - REMUNERAÇÃO VEREADORES

As despesas com os subsídios dos vereadores importaram em R\$ 1.124.001,32.

Receita Corrente Líquida do Município foi de R\$ 95.533.271,49, valor informado pela Prefeitura Municipal.

Percentual da Remuneração dos vereadores em relação a RCL (Receita Corrente Líquida): 1,175%

Verifica-se pois, que o percentual apurado é compatível com o limite estabelecido pelo Inc. VII, Art. 29 da CF/88 (5,00% da Receita Corrente Líquida do Município).

1.3.4 – PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – DESPESAS TOTAIS

As despesas totais do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, mantiveram-se nos limites constitucionais, senão vejamos:

Receita Corrente Líquida do Município	R\$ 95.533.271,19
Despesa total realizada (empenhada)	R\$ 3.631.661,31
Percentual da DT/RCL	3,801%
(Art. 29-A da CF/88 – limite 7,00%)	

1.3.5 – PODER LEGISLATIVO – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

Recursos financeiros recebidos a título da transferência de duodécimos R\$ 4.910.913,94

Gastos totais com a folha de pagamento, inclusive os subsídios dos vereadores e despesas previdenciárias..... R\$ 2.698.928,99

Limite Art. 29-A, § 1º da CF/88 (70,00%), percentual apurado..... 54,96%

1.3.6 – DESPESAS COM PESSOAL – ABRANGÊNCIA

A Câmara Municipal não possui contrato de mão de obra terceirizada. Portanto todas as despesas com pessoal, estão incluídas nos gastos com pessoal.

1.3.7 – DESPESA COM PESSOAL – LIMITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelece no Art. 19, que a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, nos municípios, 60,00%, sendo 6,00% para o legislativo e 54,00% para o executivo.

Temos então:

Receita Corrente Líquida Total	R\$ 95.513.271,19
Gastos com pessoal da Câmara	R\$ 2.698.928,99
Percentual – (Limite 6,00%)	2,825%

Verifica-se pois, que os gastos totais com pessoal da Câmara Municipal, estão dentro do limite, com ampla margem, atendendo aos Arts. 19 e 20 da LRF.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

1.3.8 – DESPESAS COM PESSOAL – DESCUMPRIMENTO DE LIMITES, NULIDADE DO ATO (Art. 21, Inc. I e II da LRF)

Não ocorreram gastos com pessoal, com excesso de limite, nem praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, com inobservância do Art. 21, Incs. I e II da LRF.

1.3.9 – DESPESAS COM PESSOAL – AUMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO FIM DO MANDATO.

Prejudicado. No exercício de 2017, não ocorreram eleições municipais.

1.3.10 – DESPESAS COM PESSOAL – LIMITE PRUDENCIAL – VEDAÇÕES

Os gastos com pessoal, que atingiram apenas 2,825 % da Receita Corrente Líquida (limite de 6,00%), estiveram bem longe do limite prudencial de que trata o Art. 22, § Único, Incs. I a V da LC101/2000.

1.3.11 – OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO

Prejudicado, não ocorreu fim do mandato do presidente em 2017.

1.4 – DEMAIS ATOS DE GESTÃO

1.4.1 – PESSOAL – FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CARGOS EM COMISSÃO

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá tem 13 (treze) servidores efetivos e 22 (vinte e dois) servidores comissionados.

Nenhum servidor contratado temporariamente e nenhum estagiário.

Dos 13 (treze) servidores efetivos, 05 (cinco) ocupam cargos comissionados, nos mais importantes órgãos da administração: Diretor Geral, Secretário Administrativo, Secretário Contábil, Secretário Jurídico e Recursos Humanos/Tesouraria.

Cada um dos 13 (treze) vereadores tem um único assessor parlamentar e o presidente tem um assessor de gabinete da presidência.

1.4.2 – PESSOAL – FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CARGOS EM COMISSÃO – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A estrutura administrativa da Câmara Municipal está assentada na Lei Municipal nº 1632/2014 de 02/01/2014, que criou os órgãos e respectivos cargos de provimento comissionado, não estabelecendo nenhuma função gratificada.

A Lei Municipal nº 1632/2014, aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores efetivos da Câmara Municipal, estruturando o quadro de pessoal, com 25 cargos de provimento efetivo, 13 (treze) deles providos por concurso público.

Os demais cargos de provimento efetivo não foram providos, por desnecessários à administração, neste momento.

1.4.3 – PESSOAL – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, não possui pessoal contratado temporariamente, nos termos do Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

1.4.4 – PESSOAL – TETO REMUNERATÓRIO

Os vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal, não são expressivos e estão distantes dos tetos constitucionais e da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, cujo teto é o subsídio do Prefeito Municipal (Art. 83, Inc. XI da Lei Orgânica de Santa Maria de Jetibá).

O maior vencimento mensal da Câmara Municipal é aquele do Controlador Geral Interno, fixado em R\$ 7.490,15.

1.4.5 – REALIZAÇÃO DE DESPESAS, SEM PREVISÃO EM LEI ESPECÍFICA

Inocorreram pagamentos de subsídios, vencimentos, vantagens e jetons, sem autorização legislativa.

1.4.6 – SEGREGAÇÕES DE FUNÇÕES

Nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações, foi observado o princípio da segregação de funções.

1.4.7 – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Os processos de compras de produtos e contratações de serviços, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, observaram rigorosamente as disposições dos Arts. 24, 25 e 26 da Lei 8666/93.

Todos os processos com dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram instruídos com pelo menos, 03 (três) orçamentos, quando possível, recebendo pareceres da Secretaria Jurídica e da Controladoria Geral Interna, ao longo do exercício de 2017.

1.4.8 – DESPESA – REALIZAÇÃO DE DESPESAS IRREGULARES

Esta Controladoria Geral Interna não constatou qualquer despesa realizada irregularmente, pois manifesta-se em todos os processos, em tempo real.

2. AUDITORIAS REALIZADAS

A Controladoria Geral Interna não realizou auditorias específicas.

Manifesta-se em todos os processos que envolvem despesas, com avaliações em tempo real, norteadas pelo gestor público em suas ações.

Periodicamente revisa as fichas financeiras dos servidores e dos agentes políticos, com observância dos gastos com pessoal e os limites constitucionais, atuando, preventivamente, na orientação aos diversos órgãos envolvidos na execução orçamentária.

3. IRREGULARIDADES CONSTATADAS

Nos procedimentos do Controle Interno, não foram constatadas irregularidades dignas de registro.

4. PROPOSIÇÕES

Em decorrência da inexistência de irregularidades ou ilegalidades detectadas, fruto do acompanhamento dos processos em tempo real pela Controladoria Geral Interna, não há proposições a serem formalizadas.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá Estado do Espírito Santo

5. PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do contador Sigmar Miertschink, na função de Secretário Contábil, até o dia 03/10/2017 e posteriormente, até 31/12/2017, pelo contador Marcos Friedrich – CRC/ES 018665/0-8, também na função de Secretário Contábil, com o objetivo de:

I – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES;

II – apoiar o Controle Externo do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no exercício de sua missão institucional;

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestações de contas sob exame, representam **ADEQUADAMENTE** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos, no exercício de 2017.

5.1 – RESSALVAS

Sem ressalvas.

Santa Maria de Jetibá, ES, 19 de março de 2018

LUIZ AUGUSTO MILL
CONTROLADOR GERAL INTERNO
Portaria nº 039/2013

Ciente do Relatório e Parecer Conclusivo.

SMJ, 21/03/2017

ADILSON ESPÍNDULA
Presidente da Câmara Municipal